



July 1, 2013

The Honorable Dr. Alexandre Padilha
Ministry of Health
Brasilia, Brazil

Dear Minister Padilha,

The International Women's Health Coalition promotes the sexual and reproductive rights and health of women and young people around the world, and has worked closely with Brazilian civil society organizations and at the United Nations for nearly 30 years. During this time, we saw Brazil taking bold stands in support of human rights-based policies in the area of sexual and reproductive rights and health, particularly on HIV/AIDS. Brazil's recognition of human rights for all, including the right to equality and non-discrimination, enabled its much admired program to address the realities faced by some of the marginalized groups most vulnerable to HIV/AIDS. Indeed, in our advocacy with the U.S. Congress, we often cited Brazil's courageous rejection of U.S. funds requiring Brazil to oppose prostitution, a condition that would have made it difficult for Brazil to carry out HIV prevention activities among sex workers.

Today we write to you to express our alarm at recent actions of the Brazilian government in connection with its emblematic HIV/AIDS program. The Ministry of Health suspended a campaign to reach young men who have sex with men during the 2012 Carnival, despite epidemiological evidence showing increasing HIV rates in this group. In 2011, the Ministry of Education suspended distribution of a booklet against homophobia, despite the fact that homophobia and discrimination push these young men underground, thus increasing their vulnerability to HIV. Most recently, the government suspended a campaign aimed at preventing the spread of HIV among sex workers—another highly vulnerable population. This move culminated in the rapid departure of the head of the HIV/AIDS Department, Professor Dirceu Greco.

These actions represent a serious setback for HIV/AIDS policies and programs in Brazil. Instead of addressing the remaining challenges—preventing the epidemic among vulnerable populations such as young women, young men who have sex with men, and sex workers—the Ministry of Health appears to be reversing course and putting at risk what had already been gained. The international community is watching these developments in Brazil closely and with great concern.

BOARD OF DIRECTORS

Brian A. Brink, MD
Chair

Debora Diniz
Vice Chair

Ann Unterberg
Vice Chair

Catherine A. Gellert
Secretary/Treasurer

Françoise Girard
President

Babatunde A. Ahonsi, PhD

Holly S. Andersen, MD

Stuart C. Burden

John E. Craig, Jr., MPA

Maja D. Daruwala

Alexander M. Farman-Farmaian

Christine H. Grumm

Marlene Hess

Claudia J. Kahn

Mary Mattson Kenworthy

Aryeh Neier

Susan Nitze

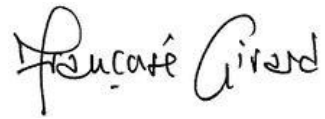
Marnie S. Pillsbury

Diana L. Taylor, MBA, MPH

Maureen White

Conservative pressure on the government and challenges to the secular state can never justify a retreat from human rights and public health. The International Women's Health Coalition urges the Ministry of Health to change course and ensure that human rights are once again the core principle of its HIV—and indeed all of its health—policies.

Yours sincerely,

A handwritten signature in black ink, reading "Françoise Girard". The signature is written in a cursive, flowing style with some capitalization.

Françoise Girard

President



July 1, 2013

The Honorable Dr. Alexandre Padilha
Ministry of Health
Brasilia, Brazil

BOARD OF DIRECTORS

Brian A. Brink, MD
Chair

Debora Diniz
Vice Chair

Ann Unterberg
Vice Chair

Catherine A. Gellert
Secretary/Treasurer

Françoise Girard
President

Babatunde A. Ahonsi, PhD

Holly S. Andersen, MD

Stuart C. Burden

John E. Craig, Jr., MPA

Maja D. Daruwala

Alexander M. Farman-Farmaian

Christine H. Grumm

Marlene Hess

Claudia J. Kahn

Mary Mattson Kenworthy

Aryeh Neier

Susan Nitze

Marnie S. Pillsbury

Diana L. Taylor, MBA, MPH

Maureen White

Prezado Ministro Padilha,

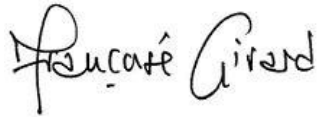
A International Women's Health Coalition promove a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e jovens em todo o mundo, tendo trabalhado em estreita colaboração com organizações da sociedade civil brasileira e nas Nações Unidas há quase 30 anos. Durante esse período, vimos o Brasil assumir posições ousadas em apoio a políticas baseada nos direitos humanos no campo da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos, em especial no que se refere a HIV / AIDS. O reconhecimento dos direitos humanos de todos, incluindo o direito à igualdade e à não discriminação, permitiu que o muito admirado programa brasileiro abordasse as realidades de alguns dos grupos marginalizados mais vulneráveis ao HIV / AIDS. De fato, em nosso trabalho de *advocacy* no Congresso americano, mencionamos muitas vezes o fato de o Brasil ter corajosamente rejeitado fundos norte-americanos que exigiriam que o Brasil se opusesse à prostituição, uma condição que teria tornado difícil para o Brasil realizar atividades de prevenção do HIV entre profissionais do sexo.

Hoje escrevo para expressar o nosso alarme com medidas recentes do governo brasileiro em relação a seu emblemático programa de HIV / AIDS. O Ministério da Saúde suspendeu a campanha para atingir os homens jovens que fazem sexo com homens durante o Carnaval de 2012, apesar das evidências epidemiológicas mostrando crescentes taxas de HIV neste grupo. Em 2011, o Ministério da Educação suspendeu a distribuição de uma cartilha contra a homofobia, a despeito do fato de que a homofobia e a discriminação levam esses jovens à clandestinidade e aumentam a sua vulnerabilidade ao HIV. Mais recentemente, o governo suspendeu uma campanha destinada a impedir a disseminação do HIV entre trabalhadoras do sexo, outra população altamente vulnerável. Essa suspensão culminou com a subsequente saída do chefe do Departamento de HIV / AIDS, o professor Dirceu Greco.

Essas ações representam um sério retrocesso para as políticas e programas de HIV / AIDS no Brasil. Em vez de enfrentar os desafios pendentes para a prevenção da epidemia entre populações vulneráveis, como mulheres jovens, homens jovens que fazem sexo com homens e profissionais do sexo, o Ministério da Saúde parece estar a inverter o caminho trilhado, colocando em risco o que já havia sido alcançado. A comunidade internacional está observando atentamente e com grande preocupação o desenvolvimento desses fatos no Brasil.

A pressão conservadora sobre o governo e as dificuldades para assegurar o Estado laico não podem nunca justificar retrocessos em direitos humanos e saúde pública. A International Women's Health Coalition exorta o Ministério da Saúde a mudar o curso desse processo e assegurar que os direitos humanos sejam, novamente, o princípio fundamental das suas políticas em relação ao HIV e de todas as suas políticas de saúde.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, reading "Françoise Girard". The signature is written in a cursive, flowing style with a prominent initial 'F'.

Françoise Girard
Presidente